

Temporalidade e crise: sobre a (im)possibilidade do futuro e da política no Brasil e no mundo contemporâneo

Temporality and crisis: on one (im)possibility of future and politic in Brazil and in the contemporary world

Thamara de Oliveira Rodrigues

Universidade Federal de Ouro Preto
thamara_rodrigues@yahoo.com.br

Marcelo de Mello Rangel

Universidade Federal de Ouro Preto
mmellorangel@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo abordamos alguns aspectos da crise política contemporânea e brasileira a partir da sua relação com a temporalidade. Argumentamos que certa dificuldade no que diz respeito ao surgimento de propostas intelectuais e políticas para o seu enfrentamento pode ser atribuída, entre outros fatores, à insistência numa percepção do futuro determinada pela expectativa de perfeição/perfectibilidade e progresso. Discute-se, também, a sensação de um possível aprisionamento na crise tendo em vista uma determinada forma de tematização a partir das mídias e redes sociais. Ao final, recorre-se a perspectivas que procuram ir além das categorias de pessimismo e otimismo tendo em vista que a insistência na classificação de diagnósticos intelectuais ou de ações políticas a partir delas estabelece uma dependência em relação a uma expectativa de futuro ideal.

Palavras-chave: Temporalidade; Crise; Presente Amplo; Otimismo; Pessimismo.

Abstract: This article discusses some aspects of the contemporary crisis based on its relationship with temporality. We argue that a certain difficulty in the emergence of intellectual and political proposals for its confrontation can be attributed, among other factors, to a form of experimentation of the future, which is not fully determined by the expectation of perfection, perfectibility and progress. It also discusses the sensation of a possible imprisonment in the crisis in view of a certain form of its confrontation from the media and social networks. In the end, we approach perspectives that seek to go beyond the categories of pessimism and optimism. The insistence on the classification of intellectual diagnoses or political actions from them establishes a dependence on an expectation of the ideal future.

Keywords: Temporality; Crisis; Broad present; Optimism; Pessimism.

Recebido: Outubro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

Neste artigo de caráter mais ensaístico procura-se tematizar alguns aspectos da crise política contemporânea, especialmente a partir do Brasil, tendo em vista a sua relação com a temporalidade. Na primeira seção, a partir das contribuições de Hans Ulrich Gumbrecht, discute-se a sensação de “estagnação” a partir de seu diagnóstico sobre o “presente amplo”. A dificuldade de propostas intelectuais e políticas para o enfrentamento da crise pode ser atribuída, entre outros fatores, à forma contemporânea de experimentação e de percepção do futuro, a qual não pode ser determinada pela expectativa de perfeição, perfectibilidade e progresso. Em seguida, discute-se a sensação de um possível aprisionamento na crise tendo em vista uma determinada forma de enfrentamento a partir das mídias e redes sociais. Na terceira seção, tematizamos como a relação com um futuro mais fechado tem dificultado o surgimento de novos projetos e lideranças. Por fim, abordam-se perspectivas que procuram ir além das categorias de pessimismo e otimismo frente à crise, tendo em vista que a insistência na classificação de diagnósticos intelectuais e de ações políticas a partir delas estabelece uma dependência em relação a uma expectativa de futuro ideal.

Sobre o nosso “amplo presente”

A maior parte das vezes, para escapar ao sofrimento refugiamo-nos no futuro. Julgamos que a pista do tempo tem uma linha marcada para lá da qual o sofrimento presente há de cessar. Mas Tereza não conseguia ver essa linha à sua frente. Só olhando para trás descobria alguma consolação.

Milan Kundera. *A insustentável leveza do ser.*

Nesta seção apresentaremos as principais características da temporalidade própria ao mundo contemporâneo a partir das contribuições de Hans U. Gumbrecht. Antes, contudo, retomaremos resumidamente o diagnóstico de Koselleck sobre a constituição do tempo histórico moderno para identificarmos as diferenças fundamentais da nossa temporalidade em relação à modernidade. Recorrer à teoria da modernidade de Koselleck em apenas algumas linhas, claro, nos coloca diante do risco de algumas simplificações. Nosso objetivo, porém, é o de reunir algumas determinações do tempo histórico moderno naquilo que é fundamental para compreendermos melhor o diagnóstico de Gumbrecht da nossa temporalidade.

Segundo Koselleck, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII: 1- passou-se a ter uma sensação mais geral de que a história se constituiria a partir de um percurso linear, no interior do qual todas as coisas se transformavam necessariamente. 2- Desta forma, o tempo acaba se tornando um agente absoluto e radical de mudanças. 3- Como

todas as coisas estariam sujeitas à mudança (e efetivamente se diferenciavam), o passado foi perdendo seu poder de orientação e foi sendo deixado para trás como fonte objetiva de organização da vida político-social. 4- O futuro, por sua vez, apresentou-se como horizonte de várias expectativas positivamente e tornou-se o lugar decisivo para a realização dos projetos humanos. 5- O presente se estreitou devido à sensação de aceleração e ineditismo dos eventos históricos, sendo considerado sempre um momento breve e passageiro a ser “explicado” pela posteridade. E, 6- Embora um lugar de transição, o presente se constituiu como o abrigo epistemológico do sujeito cartesiano, no qual ele refletiria e tomaria as decisões adequadas para uma consecução menos traumática desse futuro ideal ou perfectível.¹

O mundo contemporâneo teria como diferença fundamental em relação à modernidade a sensação de que já não se pode escolher as opções oferecidas pelo futuro. Isto é, diferentemente da modernidade, não nos comportaríamos mais (ao menos não de forma mais geral) a partir da expectativa constante de uma transformação progressiva e ideal (ou perfectível) da história. O passado, por sua vez, não estaria tão distante do presente. Ele nos inundaria a partir da acumulação de memórias e de experiências e reivindicaria uma maior atenção. Ou ainda, o que está em questão aqui é que na medida em que o futuro não é mais uma condição suficiente à nossa mobilização existencial, tem-se tendido à retomada por um desejo de segurança de experiências que de alguma forma já vivemos, e isto para que seja possível a atualização do que Gumbrecht chama de “fascínio”, ou, em outras palavras, da própria experiência da felicidade em termos fenomenológicos.

O presente não é mais um lugar de transição próprio a uma reflexão metódica (nos moldes do subjetivismo moderno) e nem um espaço rapidamente superável por experiências inéditas. Ele se expande a partir do acúmulo de passados ao passo que não avança para novos futuros possíveis. Esta é uma descrição sintética do diagnóstico do “amplo presente” (*broad present*) proposto por Gumbrecht, o qual caracterizaria a nossa temporalidade. Neste presente tem-se a sensação de “estagnação”, e a expectativa de experimentarmos contextos incomuns é expressivamente menor quando comparada ao tempo histórico moderno.²

Um dos fatores importantes para a diferenciação de nossa temporalidade em relação à modernidade é a experiência e a sensação de uma aceleração da história (própria à modernidade). A aceleração do tempo, segundo Koselleck, é um fenômeno que corresponde à desnaturalização da experiência “pré-moderna” de tempo. Há diferentes possibilidades para abordá-la como, por exemplo, a partir da crise política, econômica ou da aceleração resultante do progresso tecnológico-industrial. Em termos gerais, trata-se de um fenômeno moderno que remete a uma mudança na experiência, na sensação e na consciência do tempo. Trata-se de uma mudança que requisita uma *nova experiência* temporal. Na aceleração tudo muda mais

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2006; KOSELLECK, Reinhart. A temporalização da utopia. In: *Estrados de tempo*. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014, p. 121-138; GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

² GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente* - o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

rapidamente do que foi experimentado ou imaginado anteriormente. Os ritmos temporais se tornam curtos e constantemente interrompidos por novas experiências igualmente percebidas como inéditas. Este tipo de aceleração incorporou uma experiência linear e progressiva da história, concebida como um movimento que se supera e se abre recorrentemente para o novo (o qual seria melhor que o anterior). Em resumo, a aceleração temporal da modernidade se refere à perda de familiaridade em relação às experiências anteriores, e a expectativas que se constituem a partir destas conjunturas que vão se diferenciando incessantemente do passado.³

Atualmente, a aceleração do tempo tal como explicitada por Koselleck parece menos comum do que uma sensação de lentidão ou de “estagnação” da história.⁴ Isso não significa dizer que no nosso tempo não haja a sensação de mudança ou o aparecimento de novos eventos e fenômenos (sobretudo se tomamos como referência o desenvolvimento da técnica). A sensação de “estagnação” não diz respeito à ausência de novos fatos ou experiências, pois eles continuam aparecendo e são próprios a qualquer temporalidade. A estagnação que hoje contrasta com a aceleração do tempo moderna diz respeito ao enfraquecimento da expectativa de que esses fatos possam abrir uma transformação efetiva e progressiva da história.

Como exemplo, Gumbrecht observou que tanto o socialismo quanto as humanidades teriam vivido simultaneamente uma sensação de “estagnação”, ou seja, passaram a se determinar por uma grande dificuldade de articulação e elaboração de novos futuros. A “estagnação” simultânea das humanidades e do socialismo não seria uma coincidência. Ambos teriam uma fonte de energia comum atualmente enfraquecida ou mesmo esgotada: o subjetivismo cartesiano, o qual, diante da “crise da representação” (nada no mundo poderia ser estável e idêntico a si mesmo), se reconstituiu no século XIX a partir da narrativização e da historicização da realidade.⁵

Em outras palavras, a narrativização e a historicização da realidade foram mecanismos a partir dos quais a história e a filosofia, por exemplo, procuraram dar conta da multiplicidade de representações e interpretações na busca daquela que seria a mais coerente para a explicação (e reorganização) de um mundo que se afastava de suas orientações fundamentais. Esta crise chamada de *crise da representação, temporalização das perspectivas* ou *nascimento do observador de segunda ordem* ocorreu no momento em que o homem adquiriu consciência de que o mundo exercia uma influência decisiva no que diz respeito à constituição dos enunciados em geral.⁶ Ou seja, passou-se a ter consciência da relação de intimidade entre o sujeito do conhecimento e o seu corpo, mundo. Isto resultou no entendimento de que: 1- as

³ KOSELLECK, Reinhart. Is There an Acceleration of History? In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William E. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. State College: Penn State University Press, 2009, p. 113-134.

⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente... Op. cit.*, p. 59-76.

⁵ *Idem*.

⁶ Sobre “crise da representação”, “crise das perspectivas” ou “nascimento do observador de segunda ordem”, consultar: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000; KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade - contribuição à apreensão historiográfica da história. *Futuro Passado* - contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2006, p. 161-188; GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

nossas experiências de mundo seriam decisivas para a constituição de enunciados, 2- que experiências diversas (e mesmo contrárias e contraditórias) seriam possíveis, de modo que 3- tornou-se possível a generalização da pergunta: de qual ponto de vista seria plausível garantir a correspondência entre o conhecimento, ou as “palavras” e as “coisas” mais propriamente? As respostas para esta pergunta foram dadas através da narrativização e da historicização da realidade que se tornaram a fonte de energia das humanidades e das teorias modernas que nasciam deste questionamento, como a história e o socialismo, por exemplo. Nesta conjuntura, desenvolvia-se a impressão de que a história seria organizada por um *télos*, o qual poderia ser identificado e até mesmo intensificado através do estudo da história e de seus princípios possíveis. Havia, desta forma, uma disposição para o futuro e sua instrumentalização (ou antecipação) constante através da explicitação metodológica dos sentidos que seriam próprios (e ideais) à história.

Contudo, as experiências traumáticas e totalitárias do século XX fizeram cessar essa fonte de energia (a qual ainda se nutria, de alguma forma, do gesto cartesiano). Isto porque os imperialismos, os fascismos, o uso da ciência e da tecnologia para o extermínio em massa colocaram esta percepção em questão, tornando possível a desconfiança radical em relação à interpretação de que a história teria um *télos* ideal (que se realizaria progressivamente), o qual poderia ser explicitado e intensificado a partir de uma análise metodologicamente orientada. Diante da insegurança e instabilidade produzidas neste contexto, as humanidades se dedicaram à compreensão desses fenômenos históricos, o que intensificou a crítica às macronarrativas constituídas até então, ou seja, as narrativas institucionais e predominantes que ao longo do século XIX e início do XX tomaram para si o papel de explicar o que seria e como caminharia a história. Desta forma, se a narrativização e a historicização ainda se mobilizavam a partir da energia liberada pelo sujeito cartesiano, apontando para um futuro aberto capaz de realizar/organizar as expectativas geradas pela aceleração do tempo, assistimos, na segunda metade do século XX, a um enfraquecimento significativo desta disposição.⁷ Enfim, a sensação que o século XX compartilhou e generalizou foi a de que as metanarrativas próprias à modernidade (mesmo pós-crise da representação: narrativização e historicização) transformaram o futuro naquilo mesmo que queriam evitar: violência e terror.

Podemos acrescentar aqui nos termos de Achille Mbembe que esse processo sinaliza a experiência fundamental de nossa época que é o fato da Europa ter deixado de ser o “centro da gravidade do mundo”.⁸ Este processo gerou inúmeras consequências entre as quais podemos mencionar o enfraquecimento do projeto epistemológico moderno, que se determinava, entre outros fatores, justo pela tentativa de controle do futuro e realização da história a partir de um sentido ideal.

Ao propor que nossa temporalidade se caracteriza por uma dificuldade de articulação de novos futuros e de produção de narrativas que deem sentido à história, Gumbrecht não quer dizer que não haja mais futuros ou narrativas que organizem nossas experiências, pois isto

⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente... Op. cit.*, p. 59-76.

⁸ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

seria antropológicamente impossível. O homem sempre se movimenta na articulação, afastamento/proximidade, entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. O que ocorreria na nossa temporalidade é que nossa vida já não se determinaria satisfatoriamente pela sensação de afastamento *progressivo* e ideal ou *perfectível* entre passado e futuro.

Sobre crise e as mídias sociais

Há muitas dimensões possíveis a partir das quais se pode tematizar a crise brasileira atual. Gostaria aqui de destacar a relação estabelecida com as tecnologias digitais de comunicação. Segundo Gumbrecht: “o princípio democraticamente escravagista de disponibilidade universal [dado através da tecnologia] necessitou da redução da existência humana através da tela do computador”.⁹ Achille Mbembe em posição crítica também ao que chama de “era computacional” argumentou que as redes sociais se transformaram em “novas estruturas do inconsciente” produzindo um deslocamento da linguagem.¹⁰

Para Gumbrecht, reduzir a existência humana à tela do computador significou a perda da capacidade de sermos um corpo, isto é, perde-se a capacidade de deixar o corpo ser uma dimensão ampliadora da nossa existência. A “hipercomunicação” – a disponibilidade infinita de comunicação garantida pela tecnologia – traz a sensação de um triunfo do homem e da razão sobre o corpo e sobre a sua finitude/fragilidade. Com isso, o autor observou que atualmente estamos na frente do computador para trabalhar, nos comunicar e até mesmo “resolver” nossos momentos de solidão.¹¹

Sem correr muito o risco de errarmos pode-se afirmar que o modo predominante de tematizar a crise no Brasil hoje é através das redes sociais e das mídias em geral. A crítica da crise, isto é, as narrativas predominantes que procuram explicá-la, se constituem, na maior parte das vezes, nas redes sociais e mídias em geral onde são amplamente reproduzidas e disputadas. Isso tem levado à determinação de um comportamento político a partir do qual as ferramentas tecnológicas de comunicação produzem certa (in)disposição para a mobilização das pessoas em direção à ocupação do espaço público (e/ou para o seu esvaziamento). Não ignoramos que a participação na esfera pública a partir da presença física também se relaciona com diferentes fatores históricos, especialmente como compreendemos e como construímos no Brasil meios para a mobilização pública. De modo que não pode ser ignorada, por exemplo, a violência com a qual o Estado através da polícia responde às mobilizações populares: fraturando rostos de estudantes, lançando bombas em professores, ceifando mão de trabalhador, cegando aposentados, forjando flagrantes contra moradores negros da periferia...

⁹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente... Op. cit.*, p. 128.

¹⁰ MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. *Revista do Instituto Humanitas - Unisinos*, Publicado em: 24 jan. 2017 (online). Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹¹ *Op. cit.*, p. 113-129.

Esse cenário não deixa de ser uma explicação possível e aceitável acerca das razões pelas quais as redes sociais se tornam alternativas para a disputa e realização do espaço democrático. De modo que qualquer âmbito político que desconsidere as redes sociais perderá condições significativas de diálogo com a população. As pautas e a organização das mobilizações próprias aos movimentos sociais e aos partidos políticos têm se dado a partir das redes. Há vários benefícios neste processo (tomando a democracia/democratização como medida) como a produção de narrativas e notícias que contrapõem as versões das grandes corporações midiáticas muitas vezes comprometidas com os agenciadores da própria crise.

Contudo, apesar de fatores considerados positivos, observa-se que as redes sociais junto aos meios de comunicação tradicionais têm determinado a produção da nossa *energia* (ou a consumido) no que tange às nossas possibilidades (e ritmos) existenciais de respondermos à crise, bem como influenciam exaustivamente nossa leitura sobre ela. Isto é, as mídias em geral colocam a crise política tão disponível para nós que se torna difícil experimentá-la no nosso cotidiano observando as consequências para (e a partir da) a nossa vida diária. Elas produzem um aprisionamento através de um jogo de oscilação que estimula e consome *energia* através da facilidade com que permite a exposição (e reprodução) a/de sentimentos de raiva, frustração, ódio, ansiedade, euforia, depressão. Uma espécie de aprisionamento (ou suspensão) que também se dá através da própria disponibilidade incessante de enunciados e narrativas que acabam nos encaminhando previamente e, portanto, dificultando a constituição de compreensões que tenham a sua origem numa experimentação mais efetiva da realidade (*Wirklichkeit*) e da crise: em nossas casas, nas ruas, escolas, universidades, supermercados...

Achille Mbembe argumentou que as redes sociais estimulam o crescimento de uma posição anti-humanista (na qual predomina uma ausência de cuidado em relação ao outro), pois permite que os indivíduos expressem seu ódio e raiva com mais facilidade (e mais automaticamente) o que tem resultado também num aumento do desprezo pela democracia uma vez que os interesses individuais se sobrepõem, cada vez mais, aos interesses coletivos. Para Mbembe, o confronto entre o neoliberalismo e a democracia liberal (que coloca a última em risco) não pode ser desconectado de uma nova forma de existência construída, entre outros elementos, pela "era computacional".¹² Há vários exemplos hoje no Brasil que poderiam ser mencionados acerca de indivíduos e grupos que através da internet expõe seu ódio contra toda e qualquer diferença. Essa negação à diferença não se limita à internet, mas encontra nela um espaço que a alimenta significativamente. A análise destes fenômenos já não pode ser feita sem a atenção cuidadosa ao papel que a mídia desempenha neste processo. Não nos referimos ao seu papel cultural e político somente (e já amplamente estudado), mas à transformação existencial e performática que desempenha sobre nossos corpos e sobre a nossa *energia* mais propriamente.

¹² MBEMBE, Achille. A era do humanismo... *Op. cit.*

Gumbrecht, desta maneira, argumentou no *Nosso amplo presente* que embora não possamos fugir dos ritmos e dos elementos impostos pelo mundo globalizado, “é importante agarramo-nos firme à possibilidade de o conseguir, na medida em que isso nos dá uma alternativa àquilo que aceitamos demasiado rapidamente como normal”¹³. Este movimento seria um exemplo do que o autor considerou uma obrigação e privilégio dos humanistas, o “pensamento de risco” – atuação que busca ir para além da subordinação a “esquemas racionais de prova e aos constrangimentos do sistema”. Em Gumbrecht, o pensamento de risco está relacionado à categoria de *presença*. A *presença* que, para além de uma dimensão ontológica da existência, corresponde ao desejo pela possibilidade de “reencontrar o corpo e abrir-se à sua plenitude”.¹⁴

O *desejo-de-presença* enquanto uma resistência ao “abandono” do corpo no “mundo da técnica” seria uma das dimensões de risco próprias ao pensamento do autor.¹⁵ Diante da “fusão da consciência com o software” que significa o deslocamento do corpo para um segundo plano (processo que dificilmente poderá ser superado), o *desejo-de-presença* atua como um instrumento crítico a esta realidade sem desejar posicioná-la ou direcioná-la. Neste sentido, a razão pela qual abordamos, neste artigo, as mídias e redes sociais como algo a ser observado quando se trata da crise brasileira não é para apresentar uma posição nostálgica contra a tecnologia. Trata-se da reivindicação de uma vigília crítica sob as formas de rendição do nosso corpo e da nossa energia ao que nos é imposto violenta e arbitrariamente. Trata-se, talvez, da possibilidade de sentirmos, experimentarmos e pensarmos junto à internet, claro, mas também a partir de certa distância de segurança que permitiria ao pensamento se constituir a partir de outros âmbitos e relações possíveis.

Sobre futuro e política

Não acredito que o ser humano possa ir para frente se não tiver esperança de que amanhã as coisas serão melhores do que hoje. É esse tipo de vida que queremos construir e continuo andando pelo País para vender esperança e sonhos. E tentar mostrar para as pessoas que é possível sonhar à noite, levantar pela manhã e realizar esse sonho.

Lula.

A tentativa de eliminação da experiência do espaço mais propriamente (de seus ritmos, resistências, corpos) através dos processos de comunicação das redes sociais e da tecnologia produz um aumento da velocidade na produção de reflexões e compreensões. Porém, diante

¹³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente... Op. cit.*, p. 12.

¹⁴ *Ibidem*, p. 141.

¹⁵ *Ibidem*, p. 131-141.

da dificuldade em direcionar essas reflexões para o futuro de modo pragmático, essas compreensões acabam muito rapidamente abandonadas (consumidas), ou seja, dificilmente ganham poder de orientação e de explicação mais geral.¹⁶

As proposições esboçadas diariamente para a crise brasileira no seu nível político, econômico ou social não conseguem se consolidar pragmaticamente. Os acontecimentos diários que acentuam a crise, isto é, os escândalos políticos, os cortes financeiros das universidades, os cortes dos programas sociais, as reformas e as medidas de austeridade que retiram direitos dos trabalhadores e a abordagem desses temas de modo parcial (faccioso) pela mídia produzem uma tematização da crise a partir da própria crise (sem qualquer distância plausível). Isto porque são raras as perspectivas que tomam certo distanciamento e se dedicam à análise da relação da crise, por exemplo, com estruturas históricas, bem como com o contexto internacional. Um olhar que se mantém dentro (colado ao) do turbilhão diário de acontecimentos acaba produzindo o seu próprio obscurecimento, uma redução significativa da nossa *energia* e apostando, ao fim, em proposições para o futuro com pouca densidade analítica, o que pode resultar em um otimismo ingênuo ou num pessimismo radical que não consegue se materializar em ações políticas pragmáticas e efetivas. Como exemplo, a maior parte das saídas possíveis para a crise remete às eleições de 2018, isto é, parte significativa da população e das lideranças políticas aposta num futuro que mesmo tão “próximo” possui definitivamente um caráter de imponderabilidade. Se, por um lado, esta postura é coerente porque parte do princípio constitucional que assegura o direito à eleição através da qual um projeto para o país é escolhido, por outro lado, ela também ignora as constantes ameaças que o sistema democrático brasileiro tem sofrido historicamente e mais recentemente desde as eleições de 2014. No limite, ignora o risco constante ao qual a democracia brasileira está sendo exposta e as suas fragilidades históricas.

A dificuldade no que diz respeito ao surgimento de novas lideranças quer por parte dos setores conservadores quer pelos progressistas também é um exemplo da “estagnação” a que nos referimos no início do texto, um índice da dificuldade que temos encontrado em discutir para além desta produção incessante de “fatos”, “explicações” e atmosferas (*Stimmungen*) determinadas por sentimentos que ao invés de provocar certa reorientação em direção à realidade (e a outros ritmos), tem provocado ou bem uma hipermobilização ou bem o que podemos chamar de passividade.

De modo geral, os setores conservadores brasileiros articulam seus discursos em torno das noções de ordem e estabilidade balizadas historicamente (o que não é nenhuma surpresa), pois o conservadorismo se articula a partir de uma relação de continuidade – e mesmo de “repetição” – em relação a certos passados sedimentados. Contudo, a partir de uma hipermobilização em direção a isto que seria a “repetição” do passado (*versus* as diferenças que vêm despontando), esses setores acabaram produzindo lideranças e dando poder a novos grupos e partidos que defendem a violência como um valor e disseminam ódio em relação às

¹⁶ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente... Op. cit.*, p. 93-111.

minorias. Isto é, houve um desdobramento mais radical – reacionário – do conservadorismo brasileiro que tem ganhado adesão popular e não pode ser ignorado. Além de direcionarem o ódio às minorias e a toda e qualquer diferença, esses setores têm canalizado (hipocritamente) este ódio em direção à política (e, no limite, à democracia). Eles argumentam que não seriam políticos tradicionais e se apresentam como políticos do futuro, ou seja, os não-políticos, os gestores privados que teriam mais do que quaisquer outros a condição para administrar o que é público; e divulgam o preceito de que o indivíduo não é necessariamente parte de um corpo social, mas que seria um investimento, uma empresa destinada a lucrar e a traçar metas (individuais) e a alcançá-las pelo mérito. A ligação cada vez mais íntima desse projeto com o fundamentalismo neopentecostal acelera e agrava o problema. Através da crítica à corrupção e à ausência de controle da violência por parte do Estado, os setores políticos conservadores e reacionários brasileiros adotam um discurso moralista, resgatam “valores” e projetos passados que são redirecionados para o futuro. Não poderia haver exemplo melhor do que a escolha do *slogan* do governo de Michel Temer: “ordem e progresso”.

Os setores progressistas, por sua vez, também possuem dificuldade para criar novas lideranças, bem como para construir uma agenda política ampla. Em artigo para a sua coluna da *Folha de São Paulo*, intitulado “Onde está a imaginação política da esquerda?” Pablo Ortellado argumentou que “as forças dominantes da esquerda brasileira deixaram de sonhar e deixaram de inspirar. Elas não têm mais um discurso de futuro, mas de completar o que tentaram no passado”.¹⁷ Apesar de concordar com o diagnóstico, acreditamos que temos que nos perguntar pelas suas condições de possibilidade.

No que tange aos setores progressistas críticos ao Partido dos Trabalhadores, as suas agendas trazem novas propostas referentes à política antidrogas, defendem a legalização do aborto, os direitos LGBT e o avanço dos programas sociais. Contudo, possuem grande dificuldade de apresentar uma agenda econômica para além da repetição dos discursos dos anos 80 e 90. Embora alguns desses setores recebam certa acolhida acadêmica, gozam de baixa adesão popular. Entre seus desafios parece estar o fato destes partidos precisarem desenvolver estratégias para “encontrar” o povo, permitindo que esses e outros projetos nasçam mais diretamente junto a ele.

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, enfrenta graves dificuldades em razão das acusações de corrupção, resultado de uma política em que a governabilidade é dada pela necessidade de coalizão entre muitos partidos, de modo que vem gastando parte significativa de sua energia na tentativa de se defender. Como proposta de solução para a crise, o Partido reforça a continuidade de suas políticas sociais anteriores sem muita clareza de como isso seria retomado (especialmente tendo em vista, especialmente, a conjuntura conservadora e os retrocessos atuais). Mesmo nesta conjuntura, o ex-presidente Lula ainda é um dos poucos a ter certo acolhimento e confiança da maioria da população para o enfrentamento da crise no

¹⁷ ORTELLADO, Pablo. Onde está a imaginação política da esquerda? *Folha de São Paulo*, 05 set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/09/1915919-onde-esta-a-imaginacao-politica-da-esquerda.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Brasil segundo as recentes pesquisas de opinião. Seus governos anteriores podem estar entre as principais razões para a produção desta confiança. Gostaríamos de mencionar, porém, outro elemento que pode ser fundamental à compreensão deste acolhimento e confiança, o qual nos parece estar mais propriamente relacionado com a temporalidade contemporânea, com o encurtamento do futuro que temos experimentado e que tematizamos mais acima: a forma pragmática como Lula fala sobre o futuro mesmo diante dos riscos de não poder se eleger, ou em suas próprias palavras, sua capacidade de “vender sonhos e esperanças” em uma conjuntura na qual o futuro não parece tão aberto à possibilidade do sonho, sobretudo dos sonhos construídos coletivamente.

Acompanhemos o exemplo a seguir. Nas eleições de 2014, Pernambuco era um dos principais estados no que tange à possibilidade de definição do quadro eleitoral. No segundo turno isso se tornou ainda mais intenso tendo em vista que Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) disputariam os 48,05% dos votos que os pernambucanos conferiram à Marina Silva no primeiro turno. Ambos os partidos disputaram numa campanha intensa os votos destinados à então candidata do PSB e a internet foi um espaço igualmente decisivo. Uma parte do comício do PT realizado em Recife no dia 4 de setembro de 2014 foi largamente divulgado nas redes sociais nos dias que antecederam ao segundo turno. Trata-se de uma fala de menos de dois minutos do ex-presidente Lula expondo algumas das marcas sob as quais o projeto político do PT se fundamentava:

Tem gente que quer acabar com o pré-sal. Se for necessário, querida [se referindo a Dilma Rousseff], me chame! Eu vou mergulhar e vou lá no fundo buscar petróleo. Porque é este petróleo que vai dar à nossa juventude a oportunidade de estudar que eu não tive. Eu quero que cada filho de cada trabalhador tenha o direito de fazer a universidade, de ser chamado de doutor, de ser respeitado neste país inteiro. É por isso que nós temos que ter orgulho quando nós aprovamos no Congresso Nacional [...] a lei dos royalties que destina 75% para a educação e 25% para a saúde. **Quem sabe este seja o passaporte para o futuro.** Enquanto alguns falam do futuro de forma abstrata, para nós o futuro não é amanhã. **É hoje. O futuro é agora.** E o futuro chama-se Dilma Rousseff para presidenta da República.¹⁸

Embora Marina Silva tenha declarado apoio ao candidato Aécio Neves, 70,20% dos pernambucanos votaram em Dilma Rousseff garantindo-lhe a reeleição. Existem muitos elementos a se considerar em um processo eleitoral e não temos o objetivo de explorá-los, um a um, pormenorizadamente. A menção a este discurso se deve ao fato dele ter sido uma das principais forças do PT nas redes sociais no momento final da eleição. Este discurso também permite acesso à ênfase na instrumentalização do futuro pelo ex-presidente. Os setores progressistas têm como uma de suas responsabilidades e agendas programáticas a elaboração e projeção de novos futuros e isso porque a relação das esquerdas com a temporalidade se dá (e é preciso que se dê) a partir de uma aposta na possibilidade de transformação da história. Poucos líderes progressistas o fizeram tão precisamente como o ex-presidente. Os governos do

¹⁸ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Comício do PT em Recife. Recife, 04 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TJHBkh4RV94>>. Acesso em: 30 out. 2017. Grifos nossos.

PT, especialmente os do ex-presidente, permitiram e repercutiram certa rearticulação da história do Brasil através do investimento em programas sociais, das universidades públicas, além da atenção econômica e social à região nordeste, mas, claro, ainda é necessário tempo e estudo para que possamos compreender o nível de efetividade estrutural desta mobilização. Fato é que essa rearticulação envolve certa aceleração da própria história do Brasil, elemento que se tornou uma marca discursiva de Lula e de seu partido – “fizemos em 14 anos o que eles [os conservadores] não fizeram em quinhentos”.

Contudo, o discurso do ex-presidente tem encontrado limites no interior da nossa realidade atual. O cenário projetado – no qual nossas instituições funcionavam e a educação e a saúde se tornariam finalmente prioridades nacionais – perdeu credibilidade. Aqueles que preferiam privatizar o pré-sal a garantir investimentos em educação e saúde o fizeram. Dilma Rousseff, tendo em vista seu processo de impedimento (o qual possui críticas jurídicas e políticas significativas), já foi remetida ao passado. A instrumentalização do futuro, isto é, a disposição para “vender sonhos e esperanças” do ex-presidente Lula tem tido dificuldades significativas para resistir ao esforço conservador e conservantista atual de “repetição” de passados sedimentados e, também, ao ódio e ressentimento que ele tem provocado. Os setores conservadores e reacionários emergiram com uma força que muitos pensavam impossível e os quinhentos anos de uma história patriarcal, latifundiária e escravagista irromperam com força expressiva.

A dificuldade atual em projetar o futuro (ou mesmo em oferecer futuro) em termos práticos traz, como uma de suas consequências, certa nostalgia em relação à orientação (a uma orientação fácil), pela ordem e violência, pelo “carisma”. A partir disso, podemos entender o crescimento de um conservadorismo autoritário que ganha cada vez mais adesão popular. Achille Mbembe alertou que o neoliberalismo tem deixado tantos sujeitos destruídos que cada vez mais estão convencidos de que o “futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial”.¹⁹ Há um desejo forte de “retorno” (nostálgico e idealizado) para certa atmosfera de segurança e ordem que, na dificuldade de ser projetada para o futuro, tem sido buscada nisto que poderíamos chamar de “tradição” e na religião (no caso do Brasil, sobretudo, nas igrejas neopentecostais e em discursos que pedem o retorno da ditadura civil-militar). Diante dessas condições, “o futuro da política de massas de esquerda, progressista e orientada para o futuro, é muito incerto”,²⁰ pois ela tem encontrado resistência em figuras autoritárias que captam o ódio daqueles que se sentem e estão à margem.

Embora o ex-presidente Lula preencha certo vácuo político no que diz respeito a ser uma das poucas lideranças (com forte apelo popular) no âmbito da política progressista, a dificuldade de projeção/imaginação de um governo de esquerda para além da figura de Lula não deixa de ser preocupante. Para além dos fatores políticos, essa centralidade em torno do ex-presidente associa-se ao estreitamento de futuro que experimentamos. Neste sentido, a política, especialmente a progressista, precisará produzir mais do que sonhos e esperanças

¹⁹ MBEMBE, Achille. A era do humanismo... *Op. cit.*, 2017, s/p.

²⁰ *Idem.*

para alcançar, efetivamente, posições a partir das quais possa combater a desigualdade econômica e o conservantismo. Embora o sonho e a esperança possam ser categorias centrais da existência humana, o que temos experimentado é a constituição de um espaço determinado pela violência, pelo ódio (racismo, homofobia, fanatismo religioso...) e pelo avanço e sedimentação do neoliberalismo (fim da CLT, privatizações...), de modo que talvez estejamos presenciando uma efetiva redução das condições de possibilidade para uma rearticulação da história do Brasil, a qual, apesar de estar relacionada à nossa capacidade se sonhar (e à própria mobilização dessa capacidade neste espaço que é o do político), envolve também outras dimensões igualmente importantes como a da vigília e mobilização constantes e a da responsabilidade em relação a isto que é o espaço público e o que é da ordem do coletivo e de toda e qualquer diferença.

Para além do pessimismo e do otimismo

Não posso ser um pessimista porque eu estou vivo. Ser pessimista significa que você concordou que a vida humana é uma questão acadêmica, então eu sou forçado a ser um otimista. Eu sou forçado a acreditar que podemos sobreviver ao que devemos sobreviver.

James Baldwin.²¹

Quando falamos em “fechamento de futuro” isso pode ser associado a uma visão pessimista da história. Contudo, o que significa em termos pragmáticos o posicionamento diante disto que é o pessimismo e o otimismo? Abordamos, nesta seção, perspectivas que procuram ir para além das categorias de pessimismo e otimismo tendo em vista que a insistência na classificação de diagnósticos intelectuais ou de ações políticas a partir delas estabelece uma relação de extrema dependência em relação a um futuro aberto que já não é mais adequado à nossa temporalidade. Esta insistência também provoca a dependência em relação a uma expectativa de futuro ideal ou perfectível, inapropriada à dinâmica que é a da história (mobilidade, possibilidade, imprevisibilidade, risco).

Diante daquilo que potencialmente ameaça nossa existência ou tira nossa tranquilidade, a tentativa de superar nossos desafios a partir de uma orientação utópica de caráter universal bem como de uma distopia provinda de um pessimismo radical encontra posições resistentes no pensamento contemporâneo. Há uma postura de distanciamento em relação às noções de otimismo e pessimismo em direção a uma descrição mais modesta das aporias e tensões

²¹ Tradução livre. No original: “I can’t be a pessimist, because I’m alive. To be a pessimist means you have agreed that human life is an academic matter, so I’m forced to be an optimist. I’m forced to believe that we can survive whatever we must survive.” BALDWIN, James. *I am not your negro*. Compiled and edited by Raoul Peck. New York: Vintage International, 2017, p. 108.

próprias à contemporaneidade. Este processo faz parte de uma resistência crítica ao fato de que ao apontar soluções para os desafios da realidade, o pensamento, especialmente durante o século XIX e início do XX, teria obscurecido o caráter de possibilidade e de diferenciação da história através da ideologia do progresso que funcionava como uma tentativa de determinação e controle da realidade.

A modernidade projetou suas expectativas para “além” das tradições mais sedimentadas, tentando se distanciar delas. O futuro ofereceria a compensação das misérias sociais, políticas, morais, culturais... através de uma interpretação progressiva de elementos escatológicos (o constante adiamento da catástrofe, da ruína). Ele realizaria, através da distância temporal, as expectativas que nasciam da quebra de um mundo determinado pela religiosidade e, posteriormente, pelo Estado “Absolutista”. A utopia na modernidade se relaciona com este gesto, pois as condições de possibilidade para o futuro seriam aquelas criadas pelo *espírito* (1). Este futuro deveria ser diferente do presente (e, conseqüentemente, do passado) (2). Este futuro não seria mais um destino divino, ou, ao menos, abriu-se espaço para a ação dos homens em geral (secularização) (3). Isso teria obrigado os homens à elaboração de projetos políticos e pragmáticos (4). A partir de então deu-se a dissolução da ordem estamental, a formação de clubes (maçonaria) e de partidos políticos, o progresso técnico, a história da ciência... elementos próprios a este caráter político e pragmático, pois se relacionariam às novas formas de organização social.²² Desta forma, o planejamento do futuro na modernidade foi mais do que um desejo utópico no sentido de algo irrealizável, ele “arrastró como un remolino a las personas, que se vieron obligadas a pensar y actuar también programáticamente”.²³ O futuro na modernidade, caracterizado pela temporalização da utopia, teve sua força impulsionada pela moderna filosofia da consciência, aquela que ao mesmo tempo buscava identificar e realizar a história (ou acelerar a concretização do seu *télos*), especialmente a partir da historicização e narrativização da realidade.²⁴

Embora Koselleck não tenha propriamente desenvolvido uma reflexão sobre a temporalidade contemporânea explicitando as diferenças fundamentais da modernidade em relação à temporalidade que emergiu a partir da segunda metade do século XX, seu diagnóstico acompanha uma crítica ao projeto iluminista – e à utopia – que não pode ser ignorada. Koselleck sublinhou a crítica à tentativa de realização das utopias universais. A ideologia do progresso teria obscurecido o alto índice de contingência da história. Ela (a história) se mobilizaria de forma diferente daquilo que retrospectivamente e antecipadamente “somos forçados a interpretar. A história real é, ao mesmo tempo, sempre mais e menos” do que prevê a consciência.²⁵ Para Koselleck, a tentativa de explicação e controle da história durante a modernidade, se por um lado era a energia que fundamentava as humanidades e as

²²KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia conceptual de la utopía temporal. In: *Historias de conceptos – estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 171-187.

²³*Ibidem*, p. 179.

²⁴KOSELLECK, Reinhart. A temporalização da utopia. In: *Estrados de tempo*. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 121-138.

²⁵KOSELLECK, Reinhart. A temporalização da utopia. *Op. cit.*, p. 138.

teorias políticas e que tornava possível o enfrentamento das crises e a provocação de novos futuros, por outro, foi responsável por continuar, de alguma forma, a “ruína” que pretendiam evitar através da emergência dos autoritarismos em geral. O processo da incessante substituição de “futuros passados” por “futuros utópicos”, nos quais há um intenso desejo de ultrapassar (e determinar) a experiência coletiva, parte do fato de que apesar da modernidade ter inaugurado novas possibilidades para a história humana, levando os homens à construção de projetos políticos e sociais inéditos, provocou projetos ético-políticos com forte teor autoritário profundamente determinados pela tentativa de “controle” (desencantamento) da realidade.

A crítica de Koselleck a este projeto utópico direciona-se à promessa de uma felicidade a ser alcançada no futuro. Para o autor, a promessa da felicidade não justificaria a propagação de uma utopia (ingênua e autoritária) e a legitimação de determinados modos de comportamentos políticos. Koselleck critica a postura política e intelectual herdeira desta perspectiva moderna na qual o futuro é pautado por um otimismo utópico de caráter universalista, ou ainda, por outro lado, por uma perspectiva amplamente distópica da história, na qual o pessimismo pode igualmente levar a uma tentativa (desesperada e também autoritária) de determinação e controle da realidade.²⁶

Diante da crítica a estas compreensões ou versões da utopia e da distopia, o historiador alemão argumentou em defesa de que os projetos políticos fossem acompanhados de análises empírico-políticas cuidadosas. Trata-se da elaboração de prognósticos que combinariam perspectivas de futuro com base na análise radical de experiências. O fundamental do “prognóstico” seria a proposta de um projeto de ação no mundo, mantendo sempre no horizonte a dúvida constante sob o seu caráter de realização e de possibilidade, sem necessariamente propor o seu controle.²⁷ A crítica do historiador sublinha os limites das categorias de “pessimismo” e “otimismo” na construção de qualquer projeto filosófico-político. O que significa ser otimista ou pessimista frente, por exemplo, à ameaça atômica ou à crise ecológica? – perguntou. Otimismo e pessimismo não podem ser plenamente traduzidos para a ação política.

Neste sentido, Koselleck se aproxima de Hannah Arendt na medida em que ela explicita que “os eventos fundamentais do nosso tempo preocupam do mesmo modo os que acreditam na ruína final e os que se entregam ao otimismo temerário”,²⁸ ou ainda, quando ela argumenta que a ciência realizou e afirmou aquilo que os homens teriam antecipado em sonho: a técnica.²⁹ Para Koselleck, diante de uma crise ecológica ou ameaça atômica, por exemplo, seria irrelevante em termos práticos posicionar-se com otimismo ou pessimismo. Discutir alternativas capazes de serem traduzidas em ações políticas seria mais relevante, mantendo,

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia... *Op. cit.* p.171-187 e “A temporalização da utopia” *Op. cit.*, p. 121-138.

²⁷ KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia... *Op. cit.*, p.183-185.

²⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 11.

²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

porém, atenção às consequências dessas projeções e ao caráter de imponderabilidade da história. Isso significa estar atento às condições de possibilidade para que um evento se dê, mas não se orientar por um desejo de controle do fenômeno.³⁰

Rory Rowan em texto no qual aborda o futuro da esquerda e sua relação com o otimismo argumentou que da mesma forma que o otimismo cego pode enevoar nossa visão no que tange ao enfrentamento dos problemas políticos e das relações de poder, um pessimismo, igualmente cego, pode produzir um congelamento de ações coletivas ideais à resistência. Para Rowan, *certo* otimismo pode atuar como um “recurso afetivo” fundamental para estimular as lutas políticas, cruciais para assegurar futuros geo-sociais mais justos e ecologicamente sustentáveis. Neste sentido, a radicalização do pessimismo e a identificação imediata do otimismo à utopia universalista (moderna) seria resultado de uma naturalização do catastrofismo. Essa perspectiva de uma catástrofe universal obscurece as capacidades coletivas que podem desafiar e surpreender nossa realidade, isto é, em termos de ações políticas-pragmáticas, quer o pessimismo quer o otimismo utópico universalista podem denegar as possibilidades de transformação da história. Se trata de um otimismo, nos termos de Rowan, que significa uma resistência à escatologia secularizada do catastrofismo, mas não a interpretação de que tudo ficará bem. Trata-se do cultivo de um “afeto político” que reflete e que se atenta ao estado ambíguo dos futuros geo-sociais.³¹

Walter Benjamin, em sua crítica à temporalidade moderna, se dedicou, especialmente a partir das teses *Sobre o conceito de história*, à evidenciação e descrição do traço próprio da história – seu caráter de possibilidade, de transformação – procurando resguardá-lo e atualizá-lo. Trata-se da premissa de que a história seria caracterizada pela lógica da possibilidade, e que o homem seria uma estrutura privilegiada no que diz respeito à sua atualização. Contudo, a atividade crítica e propositiva de Benjamin não ignorou uma desconfiança própria ao seu tempo: a de que a modernidade através da ideologia do progresso teria obscurecido o caráter de possibilidade da história. Há, em Benjamin, uma postura “melancólica”, uma desconfiança radical no que diz respeito à probabilidade da história se diferenciar novamente a partir da modernidade, a qual não resultou, no entanto, numa ausência de crítica e atenção em relação ao seu mundo. Mesmo desesperançado em relação às condições de uma possível rearticulação do horizonte histórico, houve um esforço de evidenciação dos seus problemas mais significativos, e, mesmo, das possibilidades e estratégias específicas para o seu enfrentamento.³²

Esta melancolia (crítica) benjaminiana pode apontar para um sentimento próprio à contemporaneidade, o qual se dá em resposta à modernidade, ao encurtamento do futuro e ao obscurecimento do caráter de possibilidade da história. Neste sentido, a melancolia também

³⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Sobre la historia...* *Op cit.*, p.186-187.

³¹ ROWAN, Rory. *Extinction as usual?: Geo-social futures and left optimism.* *E-Flux Journal* (online). Publicado em: 2015. Disponível em: <<http://supercommunity.e-flux.com/texts/extinction-as-usual-geo-social-futures-and-left-optimism/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

³² RANGEL, Marcelo de Mello. *Melancolia e história em Walter Benjamin.* *Ensaio Filosóficos*, Rio de Janeiro v. XIV, p. 126-137 dez. 2016.

pode corresponder a um comportamento crítico à sensação de fechamento do futuro, e seria, portanto, uma suspensão das noções de pessimismo e otimismo para a leitura e atuação na história. As ações políticas e intelectuais que dependem da expectativa de uma transformação necessariamente positiva da história se tornam autoritárias, pois elas pressupõem (e se dedicam desde então a) uma razão ideal para agir, e ainda se transformam facilmente em pessimismo e passividade, tendo em vista que como o próprio Benjamin explicita, a luta no sentido de uma reorganização efetiva da história é difícilíssima, praticamente impossível. Propomos, assim, que a crítica do mundo contemporâneo se constitua mais a partir de uma (simples) responsabilidade em relação a isto que é o coletivo e as diferenças.

Neste sentido, o enfrentamento da crise no Brasil a partir de uma tentativa de controlá-la, de certa nostalgia pela ordem ou ainda pela aposta ingênua num futuro necessariamente melhor, repete um gesto próprio à modernidade, o qual teve consequências negativas – autoritarismo e/ou passividade – para a história da humanidade. Entre as responsabilidades que envolvem a atividade intelectual e política em geral, gostaríamos de destacar o exercício de compreender, e aqui definimos o ato de compreender a partir de Hannah Arendt: “examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso”.³³ Isto significa entender as condições de possibilidade a partir das quais determinadas situações emergem, mas não a partir de uma ótica plenamente historicista. Para a filósofa alemã, compreender é uma atividade de resistência que visa mostrar que “todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor, são vãos”.³⁴

Thamara de Oliveira Rodrigues: Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com estágio sanduíche na Stanford University. Mestre e Licenciada, igualmente, pela UFOP. É pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM-UFOP) e do Laboratório e Grupo de Estudos de História Política e das Ideias (LEHPI-UFES).

Marcelo de Mello Rangel: Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre e Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutor em Filosofia pela UFRJ.

³³ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo...* Op. cit., p. 12.

³⁴*Ibidem*, p.13.